

4. DEPOSITO DE SUPRIMENTO

Termo de Referência 89/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
89/2025	160120-4. DEPOSITO DE SUPRIMENTO	DOUGLAS FACIROLI MONTINI	10/04/2026 09:35 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64451.010368/2025-17

1. Definição do objeto

1.1 Aquisição de medicamentos e materiais odontológicos, em proveito do 4º Depósito de Suprimento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Objeto:

Nº Item	CATMAT	DESCRIÇÃO	ARESENTAÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	438080	Abridor de boca, autoclavável, adulto	Unidade	45	R\$ 15,37	R\$ 691,65
2	277319	Água oxigenada a 10 volumes	Frasco c/ 100 ml	450	R\$ 8,20	R\$ 3.690,00
3	442145	Agulha gengival descartável, curta, 30 G	Caixa c/ 100	65	R\$ 41,25	R\$ 2.681,25
4	442144	Agulha gengival descartável, longa, 27 G	Caixa c/ 100	40	R\$ 51,90	R\$ 2.076,00
5	439808	Agulha hipodérmica 25 x 7	Caixa c/ 100	50	R\$ 13,40	R\$ 670,00
6	269941	Álcool etílico a 70%	Frasco 1L	160	R\$ 9,79	R\$ 1.566,40
7	628477	Algodão em rolos dentais	Embalagem c/ 100	950	R\$ 4,00	R\$ 3.800,00
8	628473	Algodão hidrófilo	Embalagem com 250 g	80	R\$ 7,75	R\$ 620,00
9	272913	Anestésico de uso odontológico tópico, pomada, composição: Benzocaína 20%, sabor tutti - fruti	Pote c/ 12 g	145	R\$ 17,39	R\$ 2.521,55
10	410559	Aplicador descartável Brush, tamanho regular	Tubo c/ 100 unidades	130	R\$ 15,43	R\$ 2.005,90
11	338081	Arco de Ostby plástico e autoclavável, (adulto)	Unidade	40	R\$ 10,41	R\$ 416,40
12	403382	Broca Carbide alta rotação, esférica, nr 6	Unidade	210	R\$ 11,78	R\$ 2.473,80

13	403178	Broca Carbide alta rotação, esférica, nr 8	Unidade	180	R\$ 8,68	R\$ 1.562,40
14	403389	Broca Carbide haste longa, FG OS 702	Unidade	50	R\$ 15,00	R\$ 750,00
15	403859	Broca de aço carbide, baixa rotação, nr 2, para contra-ângulo, Haste regular.	Unidade	60	R\$ 6,28	R\$ 376,80
16	403862	Broca de aço carbide, baixa rotação, nr 4, para contra-ângulo, Haste regular.	Unidade	160	R\$ 8,73	R\$ 1.396,80
17	403864	Broca de aço carbide, baixa rotação, nr 6, para contra-ângulo, Haste regular.	Unidade	140	R\$ 6,28	R\$ 879,20
18	403874	Broca cirúrgica Zekrya, 28mm	Unidade	320	R\$ 15,80	R\$ 5.056,00
19	403915	Broca de Largo, nr 1, de 28mm	Unidade	130	R\$ 7,54	R\$ 980,20
20	403921	Broca de Largo, nr 1, de 32mm	Unidade	90	R\$ 16,99	R\$ 1.529,10
21	403916	Broca de Largo, nr 2, de 28mm	Unidade	70	R\$ 8,00	R\$ 560,00
22	403922	Broca de Largo, nr 2, de 32mm	Unidade	85	R\$ 7,55	R\$ 641,75
23	402945	Broca diamantada, alta rotação, nr 1012, esférica, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	150	R\$ 9,68	R\$ 1.452,00
24	403372	Broca diamantada, 1012 HL, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	260	R\$ 9,39	R\$ 2.441,40
25	402947	Broca diamantada, alta rotação, nr 1014, esférica, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	400	R\$ 6,76	R\$ 2.704,00
26	403373	Broca diamantada, 1014 HL, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	190	R\$ 8,00	R\$ 1.520,00
27	402948	Broca diamantada, alta rotação, nr 1015, esférica, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	140	R\$ 8,63	R\$ 1.208,20
28	402949	Broca diamantada, alta rotação, no 1016, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	465	R\$ 9,00	R\$ 4.185,00
29	403374	Broca diamantada, 1016 HL, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	220	R\$ 3,50	R\$ 770,00
30	402999	Broca diamantada, alta rotação, no 1035, esférica, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	200	R\$ 7,08	R\$ 1.416,00
31	403141	Broca diamantada, 1093F, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	110	R\$ 2,46	R\$ 270,60
		Broca diamantada, 1093FF, produzida em aço				

32	403142	inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	165	R\$ 5,99	R\$ 988,35
33	403012	Broca diamantada, 1094, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	120	R\$ 6,16	R\$ 739,20
34	403094	Broca diamantada, 1111, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	110	R\$ 6,16	R\$ 677,60
35	413072	Broca diamantada, 1111F, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	170	R\$ 4,98	R\$ 846,60
36	449839	Broca diamantada, 1111FF, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	140	R\$ 7,95	R\$ 1.113,00
37	403125	Broca diamantada, 2134, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	120	R\$ 2,39	R\$ 286,80
38	449841	Broca diamantada, 2134F, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	210	R\$ 2,84	R\$ 596,40
39	449842	Broca diamantada, 2134FF Unidade	Unidade	165	R\$ 2,34	R\$ 386,10
40	402989	Broca diamantada, 3083, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	100	R\$ 2,42	R\$ 242,00
41	416822	Broca diamantada, 4083, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	90	R\$ 2,29	R\$ 206,10
42	403132	Broca diamantada, 4138, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	200	R\$ 5,35	R\$ 1.070,00
43	403745	Broca diamantada, 4138F Unidade	Unidade	170	R\$ 2,55	R\$ 433,50
44	437784	Broca diamantada, 4138FF, produzida em aço inoxidável, grau cirúrgico, embalado individualmente.	Unidade	250	R\$ 3,24	R\$ 810,00
45	403602	Broca Gates-Glindden, no 1, de 28mm	Unidade	220	R\$ 7,55	R\$ 1.661,00
46	403609	Broca Gates-Glindden, nr 1, de 32mm	Unidade	165	R\$ 12,57	R\$ 2.074,05
47	403603	Broca Gates-Glindden, nr 2, de 28mm	Unidade	140	R\$ 9,75	R\$ 1.365,00
48	403610	Broca Gates-Glindden, nr 2, de 32mm	Unidade	120	R\$ 12,45	R\$ 1.494,00

49	428030	Broca Endo-Z, 21mm, p/ alta rotação	Unidade	105	R\$ 17,10	R\$ 1.795,50
50	428030	Broca Endo-Z, 25mm, p/ alta rotação	Unidade	135	R\$ 17,10	R\$ 2.308,50
51	414850	Broca transmetal, 19mm, cilíndrica	Unidade	120	R\$ 15,99	R\$ 1.918,80
52	414849	Broca transmetal, 25mm, cilíndrica	Unidade	105	R\$ 14,50	R\$ 1.522,50
53	403013	Broca diamantada cilíndrica, alta rotação, nr 1095	Unidade	185	R\$ 7,08	R\$ 1.309,80
54	403126	Broca diamantada, alta rotação, nr 2135	Unidade	150	R\$ 3,50	R\$ 525,00
55	403835	Broca diamantada, alta rotação, nr 2200	Unidade	140	R\$ 9,30	R\$ 1.302,00
56	403093	Broca diamantada, alta rotação, nr 3118	Unidade	85	R\$ 5,00	R\$ 425,00
57	403150	Broca diamantada, 3118F	Unidade	200	R\$ 10,90	R\$ 2.180,00
58	403151	Broca diamantada, 3118FF	Unidade	145	R\$ 10,00	R\$ 1.450,00
59	402982	Broca diamantada, alta rotação, nr 3195	Unidade	100	R\$ 7,95	R\$ 795,00
60	403154	Broca diamantada, 3195F	Unidade	140	R\$ 9,80	R\$ 1.372,00
61	403155	Broca diamantada, 3195FF	Unidade	140	R\$ 9,80	R\$ 1.372,00
62	404545	Cimento cirúrgico periodontal sem eugenol, para proteção de feridas cirúrgicas, suturas e dentes abalados por traumas. Kit c/ tubo pasta base 90g, tubo pasta catalisadora 90 g e bloco de mistura	Unidade	50	R\$ 143,10	R\$ 7.155,00
63	404541	Cimento de oxifosfato de zinco (KIT)	Kit pó 28g ,Frasco c/ 10ml	80	R\$ 24,50	R\$ 1.960,00
64	422806	Cimento endodôntico a base de hidróxido de cálcio	Caixa	40	R\$ 105,77	R\$ 4.230,80
65	404570	Cimento ionômero de vidro, p/ forramento (auto ou Fotopolimerizável)	Caixa	90	R\$ 93,29	R\$ 8.396,10
66	404575	Cimento ionômero de vidro, p/ cimentação de inlays e onlays - Kit pó 15g, líquido 06ml e colher.	Unidade	110	R\$ 125,00	R\$ 13.750,00
67	406250	Cimento de ionômero de vidro fotopolimerizável, p/ restauração A3 - Kit c/ pó 10 g e líquido 8ml	Unidade	110	R\$ 118,26	R\$ 13.008,60
68	422806	Cimento de hidróxido de cálcio, para capeamento pulpar e forramento protetor sob materiais Restauradores - Kit c/ tubo pasta base catalisadora 11 g e bloco de mistura	Unidade	90	R\$ 100,40	R\$ 9.036,00
69	432767	Cimento Resinoso Auto-adesivo Dual, cor A2 - Seringa 11 g	Unidade	120	R\$ 215,74	R\$ 25.888,80
70	341174	Clorexidina antisséptico 0,12%, c/ 1.000ml	Frasco c/1 L	90	R\$ 37,90	R\$ 3.411,00
71	295714	Clorexidina a 20%, solução aquosa	Frasco c/ 1 L	180	R\$ 45,00	R\$ 8.100,00

72	628256	Compressa de gaze, 7,5 x 7,5cm, c/ 13 fios	Pacote c/ 500	120	R\$ 30,00	R\$ 3.600,00
73	391582	Condicionador ácido gel (ácido fosfórico 37%)	Seringa c/ 5g	110	R\$ 7,84	R\$ 862,40
74	419006	Cone de guta percha padronizado, 1ª Série	Embalagem c/ 120 und	45	R\$ 35,60	R\$ 1.602,00
75	419007	Cone de guta percha padronizado, 2ª Série	Embalagem c/ 120 und	40	R\$ 46,74	R\$ 1.869,60
76	419013	Cone de guta percha secundário "M", 28mm (para rastreamento de fístula)	Caixa c/ 120 cones	20	R\$ 43,93	R\$ 878,60
77	419003	Cone de papel padronizado, 1a Série	Caixa	50	R\$ 48,00	R\$ 2.400,00
78	419004	Cone de papel padronizado, 2a Série	Caixa	40	R\$ 38,64	R\$ 1.545,60
79	411436	Copo Dappen de vidro, diversas cores	Unidade	70	R\$ 4,23	R\$ 296,10
80	338649	Cunha de plástico – embalagem com 100 unidades	Unidade	45	R\$ 30,46	R\$ 1.370,70
81	431743	Dessensibilizante dentinário à base de nitrato de potássio e fluoreto de sódio	Seringa c/ 2,5g	120	R\$ 31,00	R\$ 3.720,00
82	438118	Disco de lixa flexível de Poliéster com várias Granulações – embalagem c/ 100 unidades	Unidade	35	R\$ 205,58	R\$ 7.195,30
83	438131	Disco de lixa para acabamento e polimento de áreas interproximais e superfícies bucais – embalagem com 60 unidades	Unidade	40	R\$ 49,40	R\$ 1.976,00
84	429980	EDTA (Quelante)	Frasco c/ 20 ml	40	R\$ 8,00	R\$ 320,00
85	404892	Escova de Robinson cônica preta ou branca	Unidade	300	R\$ 2,50	R\$ 750,00
86	404895	Escova de Robinson reta preta ou branca	Unidade	270	R\$ 3,50	R\$ 945,00
87	437856	Espaçadores digitais para endodontia, caixa c/ 6	Unidade	30	R\$ 32,67	R\$ 980,10
88	437558	Espelho bucal plano n° 5	Unidade	350	R\$ 10,00	R\$ 3.500,00
89	413018	Eucaliptol, removedor de aspecto líquido de uso odontológico.	Frasco c 10 ml	60	R\$ 14,38	R\$ 862,80
90	366987	Eugenol	Frasco c 20 ml	60	R\$ 9,73	R\$ 583,80
91	425849	Evidenciador de placa bacteriana - Caixa c / 120 pastilhas	pastilha	90	R\$ 29,83	R\$ 2.684,70
92	487555	Fio de sutura n° 4 c/ agulha curva de 17 mm	unidade	1680	R\$ 2,46	R\$ 4.132,80
93	487426	Fio de sutura de nylon n° 4-0, c/ agulha de 17mm	unidade	1680	R\$ 1,51	R\$ 2.536,80
94	246635	Fio dental, 100m	Unidade	140	R\$ 2,16	R\$ 302,40
95	428101	Flúor em gel (Fluoreto de sódio 1,23%)	Frasco 200 ml	100	R\$ 7,99	R\$ 799,00
96	374821	Formocresol	Frasco c/ 10 ml	40	R\$ 23,00	R\$ 920,00

97	246021	Grampo para isolamento absoluto, nr 202	Unidade	40	R\$ 11,60	R\$ 464,00
98	247808	Grampo para isolamento absoluto, nr 205	Unidade	30	R\$ 12,99	R\$ 389,70
99	247810	Grampo para isolamento absoluto, nr 208	Unidade	45	R\$ 14,00	R\$ 630,00
100	266931	Grampo para isolamento absoluto, nr 209	Unidade	40	R\$ 14,00	R\$ 560,00
101	247813	Grampo para isolamento absoluto, nr 210	Unidade	30	R\$ 14,72	R\$ 441,60
102	246020	Grampo para isolamento absoluto, nr 212	Unidade	35	R\$ 14,00	R\$ 490,00
103	420138	Guta Percha bastão, Caixa c/ 120 g	Unidade	25	R\$ 106,85	R\$ 2.671,25
104	404585	Hidróxido de cálcio pró-análise	Pote c/ 10 g	40	R\$ 6,63	R\$ 265,20
105	437158	Hipoclorito de sódio 0,5% (Dakin)	Frasco c/ 1.000ml	85	R\$ 9,93	R\$ 844,05
106	437156	hipoclorito de sódio 2,5% (Soda clorada)	Frasco c/ 1.000ML	120	R\$ 26,22	R\$ 3.146,40
107	427136	Lâmina para bisturi em aço carbono, nº 15C	Caixa c/ 100	50	R\$ 43,78	R\$ 2.189,00
108	430407	Lima especial, nr 6, de 25mm	Caixa c/ 6 limas	40	R\$ 51,78	R\$ 2.071,20
109	419460	Lima especial, nr 8, de 25mm	Caixa c/ 6 limas	35	R\$ 51,80	R\$ 1.813,00
110	419457	Lima especial, nr 10, de 25mm	Caixa c/ 6 limas	50	R\$ 79,00	R\$ 3.950,00
111	269895	Lidocaína, 2% + Norepinefrina	TUBETE 1,8ML	800	R\$ 4,34	R\$ 3.472,00
112	418546	Lima Odontológica Hedstroen, 1a série, 25mm	Caixa c/ 6	20	R\$ 23,28	R\$ 465,60
113	418544	Lima Odontológica Hedstroen, 1a série, 21mm	Caixa c/ 6	20	R\$ 20,00	R\$ 400,00
114	419489	lima endodôntica tipo Kerr, 1a série, 21mm	Caixa c/ 6	20	R\$ 24,33	R\$ 486,60
115	419472	Lima endodôntica tipo Kerr, 1a série, 25mm	Caixa c/ 6	60	R\$ 24,80	R\$ 1.488,00
116	430415	Lima Odontologica Kerr, 1 serie, 31mm	Caixa c/ 6	20	R\$ 18,14	R\$ 362,80
117	419496	Lima Odontológica tipo Flexofile, 1ª série, 31mm	Caixa c/ 6	20	R\$ 25,90	R\$ 518,00
118	430414	Lima Odontológica tipo Kerr, 2a série, 25mm	Caixa c/ 6	15	R\$ 23,00	R\$ 345,00
119	619859	Luvras de procedimentos, tamanho "G"	Caixa c/ 100	60	R\$ 26,45	R\$ 1.587,00
120	619858	Luvras para procedimentos, tamanho "M"	Caixa c/ 100	240	R\$ 31,00	R\$ 7.440,00
121	619857	luvas para procedimentos, tamanho "P"	Caixa c/ 100	120	R\$ 32,00	R\$ 3.840,00
122	438665	Mandril para contra-ângulo	Unidade	60	R\$ 19,60	R\$ 1.176,00
123	485312	Máscara descartável c/elástico para clínico, produzida em polipropileno	Unidade	4500	R\$ 0,26	R\$ 1.170,00
124	422120	Material restaurador temporário à base de óxido de zinco e Eugenol	Kit contendo frasco do pó c/ 38 g e frasco do líquido c/ 15 MI	60	R\$ 14,99	R\$ 899,40
125	406145	Matriz de aço inox, 0,05 x 5mm x 50cm	Unidade	50	R\$ 2,00	R\$ 100,00

126	406146	Matriz de aço inox, 0,05 x 7mm x 50cm	Unidade	40	R\$ 3,69	R\$ 147,60
127	419189	Matriz metálica p/ pré-molares	Caixa c/ 20	445	R\$ 156,40	R\$ 69.598,00
128	427069	Matriz metálica p/ molares	Caixa c/ 20	445	R\$ 158,90	R\$ 70.710,50
129	357788	Mepivacaína 3%, sem vasoconstritor, anestésico uso odontológico, solução injetável	Tubete 1,8ml	800	R\$ 4,08	R\$ 3.264,00
130	246952	Óleo de turbina p/ alta e baixa rotação em spray	Frasco c/ 200 ml	50	R\$ 28,90	R\$ 1.445,00
131	404543	Óxido de zinco, pó	Frasco c/ 28 g	125	R\$ 20,77	R\$ 2.596,25
132	406149	Papel carbono detector	Embalagem 12 unidades	320	R\$ 3,99	R\$ 1.276,80
133	429902	Paramonoclorofenol canforado	Frasco c/ 20 ml	60	R\$ 14,67	R\$ 880,20
134	271377	Pasta diamantada para acabamento e polimento em resinas compostas e acrílicas, grana "1", pasta base de óxido de alumínio - Bisnaga 4 g	Unidade	110	R\$ 42,60	R\$ 4.686,00
135	417702	Pasta profilática com flúor para remoção de manchas oxógenas, placas, materia alba e resíduos orais	Bisnaga c/ 90 g	130	R\$ 6,09	R\$ 791,70
136	233497	Pedra pomes, pó	Pote c/ 100 g	80	R\$ 14,60	R\$ 1.168,00
137	404902	Pontas abrasivas siliconizadas para contra-ângulo, kit C/ 7	Unidade	90	R\$ 92,07	R\$ 8.286,30
138	427348	Posicionador radiográfico, autoclavável – kit	Unidade	60	R\$ 63,50	R\$ 3.810,00
139	420400	Resina Bisacrílica, acondicionada em sistema de automistura. Embalagem com 50ml + 16 pontas misturadorasL, cor; A1 ou A2	Frasco 50ml	30	R\$ 280,25	R\$ 8.407,50
140	407163	Resina fotopolimerizável com carga inorganica de zirconia-silica ou similar, cor A1	Seringa 4 Grama	90	R\$ 125,85	R\$ 11.326,50
141	407163	Resina fotopolimerizável com carga inorganica de zirconia-silica ou similar, cor A2	Seringa 4 Grama	125	R\$ 125,90	R\$ 15.737,50
142	407163	Resina fotopolimerizável com carga inorganica de zirconia-silica ou similar, cor A3	Seringa 4 Grama	150	R\$ 125,90	R\$ 18.885,00
143	407163	Resina fotopolimerizável com carga inorganica de zirconia-silica ou similar, cor A3,5	Seringa 4 Grama	130	R\$ 125,90	R\$ 16.367,00
144	407163	Resina fotopolimerizável com carga inorganica de zirconia-silica ou similar, cor B2	Seringa 4 Grama	100	R\$ 125,90	R\$ 12.590,00
145	407163	Resina fotopolimerizável com carga inorganica de zirconia-silica ou similar, cor C2	Seringa 4 Grama	90	R\$ 125,90	R\$ 11.331,00
146	407163	Resina fotopolimerizável com carga inorganica de zirconia-silica ou similar, cor Incisal	Seringa 4 Grama	50	R\$ 125,90	R\$ 6.295,00
		Restaurador provisorio (pronto para o uso-tipo				

147	404547	Cimpat , Coltosol) Pote c/ 20 g (Dot: 4)	Pote c/ 20 g	145	R\$ 7,15	R\$ 1.036,75
148	439620	Seringa de plástico descartável, 10ml	Unidade	4100	R\$ 0,46	R\$ 1.886,00
149	404548	Restaurador (obturador) provisório fotopolimerizável , estético, de uso odontológico	Kit c/ 2 seringas de 2g cada	120	R\$ 32,49	R\$ 3.898,80
150	391134	Adesivo dental autocondicionante, monocomponente, fotopolimerizável, para esmalte e dentina. Composto por água e etanol, BIS-GMA,10% de sílica coloidal, com tamanho de partículas de 5 mm, copolímero de ácido acrílico e ácido itacônico	Frasco 6g	160	R\$ 39,37	R\$ 6.299,20
151	297697	Solução anestésica, Articaína 4% com Epinefrina 1:100.000,	TUBETE 1,8ML	800	R\$ 3,77	R\$ 3.016,00
152	269833	Solução anestésica, Cloridrato de Prilocaina 3% + Felipressina 0,03UI/ml	TUBETE 1,8ML	800	R\$ 4,90	R\$ 3.920,00
153	269888	Solução anestésica, Mepivacaína 2%, com Epinefrina 1:100.000	TUBETE 1,8ML	800	R\$ 3,90	R\$ 3.120,00
154	357788	Solução anestésica, Mepivacaína 3%, sem Vasoconstritor,	TUBETE 1,8ML	600	R\$ 4,08	R\$ 2.448,00
155	428105	Solução de Fluoreto de Sódio 0,2%, para uso semanal	Frasco 200,00ML	250	R\$ 12,72	R\$ 3.180,00
156	422554	Solução hemostática - Hemostop ou similar	Frasco c/ 10 ml	80	R\$ 24,28	R\$ 1.942,40
157	268236	Solução fisiológica de Cloreto de Sódio 0,9%	Frasco c/ 250 ml	600	R\$ 5,30	R\$ 3.180,00
158	406292	Sugador de saliva, descartável. Pacote com 40 unidades	Unidade	380	R\$ 37,49	R\$ 14.246,20
159	417720	Taça de borracha para contra-ângulo	Unidade	700	R\$ 1,06	R\$ 742,00
160	417284	Teste de vitalidade pulpar ao frio,spray refrigerante temperatura, -50°C para congelamento de pellets e rolos de algodão para esfriar materiais,	Frasco c/ 200 ml	70	R\$ 32,55	R\$ 2.278,50
161	406285	Tira de lixa de aço, 4m, Envelope c/ 12 unidades	Unidade	40	R\$ 24,55	R\$ 982,00
162	406284	Tira de lixa de aço, 6m, Envelope c/ 12 unidades	Unidade	40	R\$ 15,00	R\$ 600,00
163	423570	Tira de poliéster, 4mm, para desgaste e acabamento de restauracoes em resina composta	Caixa c/ 50 unidades	50	R\$ 135,00	R\$ 6.750,00
164	369561	Touca cirúrgica sanfonada descartável	Pacote c/ 100	70	R\$ 16,77	R\$ 1.173,90

165	429586	Verniz cavitário cavitini ou similar	Frasco c/ 15 ml	45	R\$ 16,13	R\$ 725,85
166	442191	Lençol de borracha para isolamento absoluto.	Embalagem c/ 26	45	R\$ 40,00	R\$ 1.800,00
167	405620	Revelador Radiológico Tipo: Solução Aquosa Pronta P/ Uso , Aplicação: Para Processamento Manual, Frasco 475 ml	Mililitro	240	R\$ 26,19	R\$ 6.285,60
168	405632	Fixador Radiológico Aplicação: Para Processamento Manual , Aspecto Físico: Solução Aquosa Pronta Para Uso, Frasco 475 ml	Mililitro	240	R\$ 25,00	R\$ 6.000,00
169	474982	Filme Radiológico Tipo: Odontológico, Dimensões: Cerca De 30 X 40MM	Caixa c/ 150	120	R\$ 200,00	R\$ 24.000,00
170	390608	Desinfetante Químico a base de Ácido Paracético e Peróxido de Hidrogênio	Litro	120	R\$ 65,09	R\$ 7.810,80
171	394023	Vaselina pomada	Bisnaga c/ 20 g	130	R\$ 7,00	R\$ 910,00
172	425848	Solucao evidenciadora de placa bacteriana	Frasco c/ 10 ml	100	R\$ 11,12	R\$ 1.112,00

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5 Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei no 6.360, de 1976 e Decreto no 8.077, de 2013.

1.6 Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa no 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento). (Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes)).

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da nota de empenho.

1.8. O Edital oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.9. O objeto desta contratação é padronizado pelo Catálogo de Materiais (CATMAT) do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2. Fundamentação da contratação

2.1 O 4º Depósito de Suprimento é uma Unidade Militar que funciona como Órgão Provedor, tendo como uma de suas atribuições a distribuição de suprimentos de diversas classes para as Organizações Militares da 4ª Região Militar, compreendendo todos os aquartelamentos do Estado de Minas Gerais, excetuando, apenas, aqueles da região do Triângulo Mineiro. O 4º Depósito de Suprimento conta com o Seção de Distribuição de Suprimentos Classe VIII, que tem por missão o fornecimento de medicamentos, materiais médicos e odontológicos. A compra de materiais e medicamentos odontológicos é de grande importância para a manutenção do próprio serviço prestado pela OM, bem como ao provimento das demais Organizações Militares apoiadas, de acordo com a Portaria 419-DGP, de 7 de Novembro de 2022, a qual estabelece quais insumos adquirir.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme especificado no item 11, do Estudo Técnico Preliminar.

2.3 Usou-se como referência para o cálculo do quantitativo a ser adquirido no certame em tela, a série histórica de distribuição de medicamentos e materiais odontológicos, bem como a necessidade para o 1º semestre/2025 das Organizações Militares, registradas no Sistema Operador Logístico (OpLog).

2.4 As quantidades a serem licitadas, tem por objetivo atender a necessidade das Organizações Militares apoiadas para o 1º e 2º semestres de 2026.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Descrição dos Requisitos da Contratação:

4.1. A contratada deverá levar em consideração as normas técnicas existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962; adotar práticas de sustentabilidade adequadas que o objeto exigir, devendo ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei no 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG nrs. 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente. Faz-se necessário ainda que os produtos que obedeçam às diretrizes, classificações e especificações determinadas pela ANVISA e INMETRO, se existentes.

4.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.2.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.2.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário (bula), com uma versão em português.

4.2.3. As notas fiscais do fornecedor devem conter obrigatoriamente o número dos lotes e o prazo de validade dos produtos farmacêuticos adquiridos (art. 1º, inciso I, da RDC-Anvisa 320/2002);

4.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.2.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.2.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.2.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4.2.9. Apresentar a Autorização de Funcionamento da Empresa pela ANVISA (AFE), conforme requisitos previstos na Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, no Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, e na Resolução - RDC Nº 16, de 1º de abril de 2014. Além da Licença de Funcionamento do Órgão de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.

4.2.10. Apresentar o registro ou cadastro na ANVISA dos materiais hospitalares/insumos descritos no item 1.1 desse Termo de Referência. A apresentação da documentação necessária é referente ao certificado do registro ou cópia da publicação no DOU do registro, ou da dispensa para os produtos cadastrados. O registro ou cadastro pode ser concedido para família de produtos, no qual estará indicado cada modelo comercial dos produtos da família.

4.2.11. Apresentar, quando requisitado, comprovação do cumprimento dos requisitos previstos na Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, no Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, e na Resolução - RDC Nº 16, de 1º de abril de 2014 (Resolução 16/2014/Anvisa), quando aplicável, de modo a garantir que o produto a ser licitado atenda às exigências técnicas necessárias.

4.2.12. Demonstrar que observa o disposto na Lei nº 14.133, de 2021, o qual exige, como requisito para habilitação nas licitações e contratações públicas, o cumprimento da regra prevista no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, que veda o "trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".

Sustentabilidade:

4.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.3.1. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº 497, de 20 de maio de 2021”.

4.3.2. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

4.3.3. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado.

4.3.4. Em atendimento ao Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal”, durante o transporte e o armazenamento, os equipamentos devem ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando-se de materiais recicláveis, bem como, a aplicação da responsabilidade socioambiental.

4.3.5. Nos termos do Art. 7º, Incisos III e IV da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deve priorizar, no que couber, a adoção de padrões sustentáveis de produção, além de desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais.

4.3.6. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

4.3.7. A empresa fornecedora dos itens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais que porventura entregues com defeito, danificados, fora da validade ou não compatíveis com as especificações do Termo.

4.3.8. Na substituição dos materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

4.3.9. Os produtos deverão ter a garantia mínima igual ou superior a 12 meses, sendo que para casos excepcionais quando acordado com o 4º Depósito de Suprimento, poderá ser considerado períodos inferiores, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao acima mencionado, sem custo à Administração.

4.3.10. Os produtos deverão estar em conformidade com o termo de referência.

4.3.11. Os produtos devem ser entregues em perfeitas condições de uso.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões que se segue:

4.5.1. Não será celebrado contrato entre o Órgão e a licitante, sendo o instrumento substituído por Nota de Empenho de Despesa, conforme o art. 95º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.2. Em caso de inexecução total ou parcial do fornecimento do objeto, poderá a Administração Pública instaurar processo administrativo correspondente, garantindo o contraditório e ampla defesa, a fim de apurar os motivos do não cumprimento contratual e aplicar sanções administrativas, se for o caso, conforme artigos 155º e 156º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O Edital oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.1.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

4º Depósito de Suprimento	Praça Presidente Antônio Carlos, nº 140, Bairro: centro, Juiz de Fora - MG, 36010-140 (de segunda a quinta-feira de 09:00h às 11:30h e de 13:00h às 16:00h, e nas sextas-feiras de 09:00h às 11:00h (exceto feriados nacionais e municipais).
---------------------------	---

5.1.4 Todos os itens constantes no objeto, deverão ser entregues com validade mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da nota fiscal pela contratada.

5.1.5 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, conforme modelo constante no Anexo deste Termo de Referência.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 08 (oito) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Habilitação jurídica

8.3. No caso de exercício de atividade de fornecimento de medicamentos e materiais médico hospitalares:

8.3.1. a Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

8.3.2. a Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

8.3.3 A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente.

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 2% do valor total estimado da parcela pertinente.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.28.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Qualificação técnica

8.29. A contratada deverá apresentar a Declaração do Detentor de Registro (DDR), na forma da RDC 81, de 5 de novembro de 2018 e RDC 103, de 31 de agosto de 2016, quando for o caso de importação de medicamento feita por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento na Anvisa.

8.30. Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 650.367,85

9.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 650.367,85** (seiscentos e cinquenta mil, trezentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.2 desse termo de referência.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou


9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. Trata-se de Pregão eletrônico para registro de preços (SRP), para eventual aquisição de medicamentos e materiais odontológicos, não havendo necessidade de indicação prévia de dotação orçamentária.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **DOUGLAS FACIROLI MONTINI**
Data: 25/02/2026 13:53:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DOUGLAS FACIROLI MONTINI
Agente de contratação

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência.

MARCELO DE ALMEIDA FERES VIEIRA:05523040690
MARCELO DE ALMEIDA FERES VIEIRA
Autoridade competente

Assinado digitalmente por MARCELO DE ALMEIDA FERES VIEIRA:05523040690
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade Certificadora de Defesa, OU=03277610000125, OU=Presencial, OU=Certificado PF A3, CN=MARCELO DE ALMEIDA FERES VIEIRA:05523040690
Razão:
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026.02.25 09:20:31-03'00"
Foxit Reader Versão: 10.1.1